Ministério da Previdência Social
Secretaria Executiva
Coordenação Geral de Gestão e Administração
Divisão de Integração IX

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

3º Trimestre 2023

Ministério da Previdência Social - MPS
(Órgão Superior e Administração Direta)
setembro de 2023

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MPS
MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Carlos Roberto Lupi

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Wolney Queiroz Maciel

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO - Substituto
Patrick Barcellos Peixe

DIVISÃO DE INTEGRAÇÃO IX
Regina Karla Borges

CONTADORA RESPONSÁVEL
Regina Karla Borges – CRC DF 9662/0

Informações:
Telefone: (61) 2021 5462/2021 5885/ 2021 5608
Correio eletrônico: regina.borges@mtp.gov.br

LISTA DE SIGLAS

AGU – Advocacia-Geral da União
AC – Ativo Circulante
ANC – Ativo Não Circulante
BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CUB – Custo Unitário Básico
DCON – Demonstrações Contábeis
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FRGPS – Fundo do Regime Geral da Previdência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEP – Método de Equivalência Patrimonial
MPS – Ministério da Previdência Social
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e Seguridade Social
PCASP – Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
PCNR – Cálculo de Percentual de Créditos Não Recebidos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PR – Cálculo de Percentual de Recebimento
PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RP – Restos a Pagar
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
RPV – Requisição de Pequenos Valores
SELIC – Taxa básica de juros da economia
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SRFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
TLP – Taxa de Longo Prazo
TRF – Tribunal Regional Federal
UG – Unidade Gestora
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

Sumário

I – CONTEXTO OPERACIONAL **6**

II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **9**

III – NOTAS EXPLICATIVAS **22**

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis – 3º Trimestre 2023 ..... **22**

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis **22**

2.1 Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras 22

2.2 Caixa e equivalentes de caixa 22

2.3 Créditos a curto prazo 22

2.4 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo 23

2.5 Estoques 23

2.6 Ativo realizável a longo prazo 23

2.7 Investimentos 23

2.8 Imobilizado 23

2.9 Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis 23

2.10 Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis 23

2.11 Passivos 24

2.12 Empréstimos e financiamentos 24

2.13 Provisões 24

2.14 Apuração do resultado 25

BALANÇO PATRIMONIAL **26**

1 - Caixa e Equivalentes de Caixa 26

1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa – FRGPS 26

1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa – INSS 26

2 - Créditos a Curto e Longo Prazo 26

2.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo 26

2.2 Ajustes para perdas em créditos a curto prazo 27

2.3 Dívida Ativa não Tributária 27

2.4 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo 27

2.5 Ajustes para perdas em créditos a longo prazo 27

3 – Investimentos 28

4 - Imobilizado 28

4.1. Imobilizado - INSS 28

4.1.1 Bens Imóveis 28

4.1.2 Bens Móveis 28

5 - Empréstimos e Financiamentos 29

5.1 Empréstimos e Financiamentos - INSS 29

6 - Provisões 29

6.1 Provisões FRGPS 29

6.2 Provisões MPS (Administração Direta) 30

7 - Demais Obrigações 30
7.1 Demais Obrigações – INSS 30
7.2 Demais Obrigações – FRGPS 31
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 32
8 - Resultado Patrimonial 32
8.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA 32
8.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD 32
8.3 Desempenho Financeiro 32
8.4 Desempenho Não Financeiro 32
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 34
9 – Balanço Orçamentário 34
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 34
10 – Geração Líquida de Caixa 34
10.1 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa 34
BALANÇO FINANCEIRO 35
11 – Resultado Financeiro 35
11.1 Receitas e Despesas Orçamentárias 35
11.2 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas 35
11.3 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários 35

I – CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério da Previdência Social - MPS é um órgão público da Administração Direta integrante da estrutura do Governo Federal, CNPJ nº 00.394.528/0001-92, com sede na Esplanada dos Ministérios Bloco F – Brasília – DF, recriado pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, e tem como **competência os assuntos: Previdência e Previdência Complementar.**

A Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MPS estão disciplinadas pelo Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro e 2023.

As atividades do MPS relativas à gestão de administração patrimonial, de material, de pessoas**,** de orçamento e finanças, de contabilidade**,** de logística, de contratos, de tecnologia da informação, de planejamento governamental e gestão estratégicas e outras de suporte administrativo **vêm sendo realizadas em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, enquanto Ministério Provedor conforme prevê a Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023,** que estabelece o compartilhamento dessas atribuições enquanto o MPS finaliza a estruturação de suas áreas técnicas.

O MPS, no âmbito da estrutura do sistema federal de contabilidade, atua como setorial de Órgão Superior e é composto pelos seguintes órgãos:

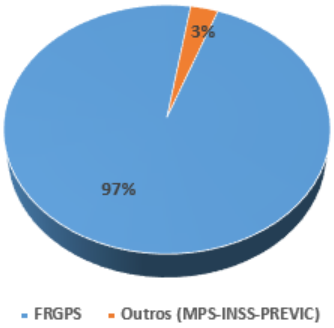
- Administração Direta - MPS, codificação SIAFI 33000
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, codificação SIAFI 37202;
- Fundo do Regime Geral da Previdência Social – FRGPS, codificação SIAFI 37904;
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, codificação SIAFI 33206.

Assim, a setorial contábil do MPS responde cumulativamente no órgão MPS como setorial de órgão superior, setorial de órgão e setorial de unidade gestora. Para o INSS, FRGPS e PREVIC responde apenas como órgão superior.

Composição Patrimonial do MPS por unidades vinculadas em setembro de 2023

O ativo do MPS está, majoritariamente, registrado no Fundo do Regime Geral da Previdência Social – FRGPS (R$ 378 bilhões). O FRGPS é responsável por assegurar os recursos para pagamento dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS e sua gestão é exercida pelo INSS, no que concerne ao pagamento de benefícios, e pela Receita Federal do Brasil, enquanto responsável pela arrecadação das contribuições sociais.

Figura 1. Composição Percentual do Ativo do MPS em setembro/23



Fonte: SIAFI 2023

Dos Bens e Direitos 70% estão alocados no Ativo Não Circulante e correspondem, em sua maior parte, a Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo pelo FRGPS, incluindo nessa categoria os valores

arrecadados por outras entidades, a exemplo dos créditos provenientes da dívida ativa (encaminhados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN).

No decorrer do 3º trimestre/23, os ajustes para perdas de outros créditos correspondem a, aproximadamente, 35% do montante registrado em créditos e valores a receber arrecadados por outra entidade intra OFSS.

Figura 2. Composição Percentual dos Ativos Circulante e Não Circulante do MPS em setembro/23

Elaboração própria. Fonte: Tesouro Gerencial 18/10/23

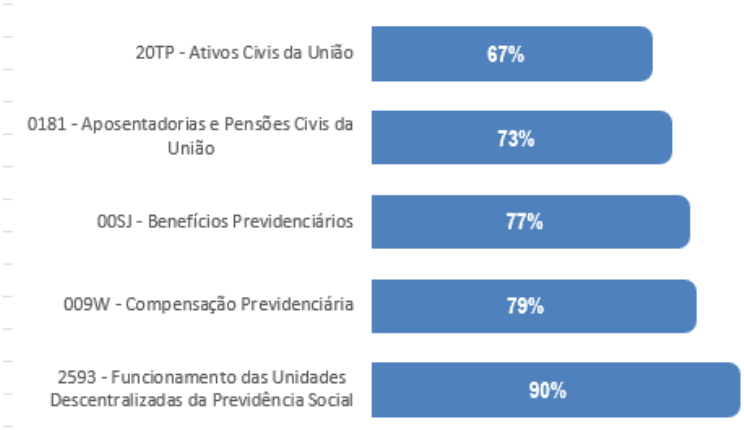
o Passivo do MPS está concentrado na administração direta, representando 73% do total das obrigações do órgão superior, em função dos registros das Provisões Matemáticas do Fundo Atuarial (aposentadorias, contribuições de inativos, pensionistas e outros) na unidade gestora 400043 – Passivo Atuarial do RPPS. Outros valores que compõem esses passivos são os benefícios administrados pelo INSS, segregados nos órgãos INSS e FRGPS.

No Aspecto orçamentário, as principais ações que estão sendo realizadas pelo MPS – Órgão Superior no exercício financeiro de 2023, conforme consulta realizada ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP em 13/04/23, estão descritas a seguir:

1) **00SJ - Benefícios Previdenciários**: Os recursos dessa ação destinam-se ao pagamento dos benefícios previdenciários das áreas urbana e rural (aposentadoria especial, por invalidez, por tempo de contribuição, por idade, pensão por morte e por acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário maternidade.
2) **0181 – Aposentadorias e Pensões Civis da União**: Recursos destinados ao pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas (MPS - administração direta; INSS e Previc -órgãos subordinados).
3) **-009W – Compensação Previdenciária**: Compensação Financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos entes, de maneira a operacionalizar as compensações entre os Regimes de Origem (RO) e Regime Instituidor (RI). Base legal: Lei 9.796 de 05/05/1999; Lei 9.717 de 27/11/98; Lei 10.666 de 08/05/03, art. 12; Decreto 3.112 de 06/07/99; Instrução Normativa INSS/PRES 50 de 04/01/11; Portaria Interministerial 410 de 29/07/09.
4) **20TP – Ativos Civis da União**: Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores ativos e empregados civis da Previdência Social.
5) **2593 – Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social:** Envolve as despesas operacionais das unidades descentralizadas do INSS: manutenção e conservação de imóveis, compreendendo aluguéis, despesas de condomínio, seguros, serviços de vigilância, serviços de limpeza e conservação, pequenos reparos, reformas e adaptações, serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins), ações de apoio administrativo e ajuda de custo para os servidores removidos para área fim, aquisição, manutenção e conservação de veículos próprios; despesas com combustível, licenciamento; seguros; terceirização de serviços de transportes, serviços postais, telefonia fixa ou celular, manutenção dos serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento, aquisição e guarda de material de consumo e expediente, aquisição e/ou locação de equipamentos de informática, terceirização de serviços, pessoa física e jurídica, contrato de locação de imóveis de terceiros, deslocamento

de servidores. Visa, com isto, preservar o funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social, mantendo as instalações bem conservadas, equipadas e adaptadas para atender com qualidade seus usuários.

Figura 3. % de Execução das Principais Ações do MPS até 17.10.23



Elaboração própria. Fonte: SIOPS (consulta realizada em 18.07.23)

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério da Previdência Social relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site https://www.gov.br/previdencia/pt-br, e nos sites das unidades jurisdicionadas INSS e PREVIC.

II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	**113.228.384.244,45**	**12,47**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**228.173.193.665,70**	**992.305,30**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**60.161.568.936,00**	**12,47**	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**63.629.521.595,20**	-
Créditos a Curto Prazo	**52.901.590.831,03**	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	97.723.283.827,64		**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**153.406.112,40**	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-44.821.692.996,61		**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**555.905,08**	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	**Transferências Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Estoques	**36.820.007,93**	-	**Provisões a Curto Prazo**	**88.448.942.083,20**	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	**128.046.554,04**	-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**75.940.767.969,82**	**992.305,30**
VPDs Pagas Antecipadamente	**357.915,45**	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**264.750.867.224,44**	-	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**1.614.882.882.282,41**	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	**259.661.178.124,37**	-	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo**	**6.698.074.937,45**	-
Créditos a Longo Prazo	259.659.950.596,29		**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**71.934.760.407,58**	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	127.966.109,51		**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**57.139.835,36**	-
Dívida Ativa Não Tributária	6.748.601.915,92		**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS	28.655.239.718,69	-	**Transferências Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	359.883.609.716,76		**Provisões a Longo Prazo**	**1.466.721.457.410,76**	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-135.755.466.864,59		**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**69.471.449.691,26**	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	1.227.528,08		**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**1.843.056.075.948,11**	**992.305,30**
Estoques	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	**2.041.889.768,77**	-	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Participações Permanentes	917.567.261,17	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	917.567.261,17		**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
Propriedades para Investimento	1.124.322.507,60	-	**Reservas de Capital**	-	-
Propriedades para Investimento	1.124.322.507,60	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Reservas de Lucros**	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Demais Reservas**	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	**Resultados Acumulados**	**-1.465.076.824.479,22**	**-992.292,83**
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	77.638.918.259,73	2.359.633,15
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-1.501.710.026.718,07	-3.355.439,78
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-41.005.716.020,88	3.513,80
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**-1.465.076.824.479,22**	**-992.292,83**
Imobilizado	**3.021.695.288,03**	-			
Bens Móveis	140.131.853,74	-			
Bens Móveis	589.873.989,61	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-449.742.135,87	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	2.881.563.434,29	-			
Bens Imóveis	2.881.563.434,29	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**26.104.043,27**	-			
Softwares	26.104.043,27	-			
Softwares	28.781.442,27	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.677.399,00	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**377.979.251.468,89**	**12,47**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**377.979.251.468,89**	**12,47**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	**60.187.825.914,72**	**12,47**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**197.247.031.423,60**	**12,47**
ATIVO PERMANENTE	**317.791.425.554,17**	-	**PASSIVO PERMANENTE**	**1.787.385.249.233,42**	**992.292,83**
SALDO PATRIMONIAL	**1.606.653.029.188,13**	**992.292,83**			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**19.282.553.802,30**	**688.362,44**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**2.361.980.166,28**	-
Atos Potenciais Ativos	19.282.553.802,30	688.362,44	Atos Potenciais Passivos	2.361.980.166,28	-
Garantias e Contragarantias Recebidas	129.248.867,70	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	19.136.492.541,29	688.362,44	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	5.659.220,02	-
Direitos Contratuais	16.812.393,31	-	Obrigações Contratuais	2.356.320.946,26	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	**19.282.553.802,30**	**688.362,44**	**TOTAL**	**2.361.980.166,28**	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-53.266.285.782,07**
Recursos Vinculados	**-83.792.919.726,81**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-24.043.379.562,88
Previdência Social (RPPS)	-29.045.003,79
Previdência Social (RGPS)	-20.759.218.354,68
Dívida Pública	-17.407.459.578,23
Alienação de Bens e Direitos	192.654,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-21.554.009.881,23
TOTAL	**-137.059.205.508,88**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**2.596.557.451.131,77**	**2.267.891,17**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**87.327.692,76**	-
Impostos	-	-
Taxas	87.327.692,76	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**409.008.307.575,78**	-
Contribuições Sociais	409.008.307.575,78	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**4.318.165.493,11**	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4.318.165.493,11	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**21.591.793.995,09**	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	306.760,92	-
Juros e Encargos de Mora	20.967.532.856,96	-
Variações Monetárias e Cambiais	31.719.264,02	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	592.235.113,19	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**2.010.810.320.149,68**	-
Transferências Intragovernamentais	2.010.805.260.671,24	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.059.478,44	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**102.689.256.198,88**	**2.264.065,97**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	165.423,45	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	319.715,89	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	102.688.771.059,54	2.264.065,97
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**48.052.280.026,47**	**3.825,20**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	17.254.716,94	-
Resultado Positivo de Participações	255.496.518,99	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2023	2022
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	15.357.093.170,96	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	32.422.435.619,58	3.825,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**2.518.918.532.872,04**	**484.374,16**
Pessoal e Encargos	**2.604.626.177,83**	**308.143,75**
Remuneração a Pessoal	2.027.569.660,23	308.143,75
Encargos Patronais	406.316.917,21	-
Benefícios a Pessoal	128.892.756,33	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	41.846.844,06	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**711.711.857.458,11**	-
Aposentadorias e Reformas	457.505.887.344,96	-
Pensões	149.022.948.880,64	-
Benefícios de Prestação Continuada	66.219.292.684,64	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	38.963.728.547,87	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**1.392.848.479,14**	-
Uso de Material de Consumo	16.109.702,83	-
Serviços	1.362.072.337,88	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	14.666.438,43	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**6.537.837.351,11**	**172.405,21**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	43.155.153,27	-
Variações Monetárias e Cambiais	6.494.203.419,77	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.542,70	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	476.235,37	172.405,21
Transferências e Delegações Concedidas	**1.683.507.705.432,72**	**3.825,20**
Transferências Intragovernamentais	1.683.501.063.311,42	3.825,20
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	859.374,90	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.782.746,40	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**90.726.450.914,08**	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	22.606.253.902,68	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	187.263,26	-
Incorporação de Passivos	68.077.396.686,29	-
Desincorporação de Ativos	42.613.061,85	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2023	2022
Tributárias	**45.987.298,03**	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.023.484,29	-
Contribuições	44.963.813,74	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**22.391.219.761,02**	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	130.801.795,29	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	4.564.086.282,16	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	17.696.331.683,57	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**77.638.918.259,73**	**1.783.517,01**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2023	2022

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**600.567.827.938,00**	**600.567.827.938,00**	**421.727.587.042,72**	**-178.840.240.895,28**
Receitas Tributárias	**57.359.144,00**	**57.359.144,00**	**61.142.208,79**	**3.783.064,79**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	57.359.144,00	57.359.144,00	61.142.208,79	3.783.064,79
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**594.721.715.483,00**	**594.721.715.483,00**	**414.048.036.387,04**	**-180.673.679.095,96**
Contribuições Sociais	594.721.715.483,00	594.721.715.483,00	414.048.036.387,04	-180.673.679.095,96
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**5.562.250.737,00**	**5.562.250.737,00**	**5.083.175.103,90**	**-479.075.633,10**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11.537.574,00	11.537.574,00	11.540.332,20	2.758,20
Valores Mobiliários	211.667.556,00	211.667.556,00	759.480.691,16	547.813.135,16
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	5.339.045.607,00	5.339.045.607,00	4.312.154.080,54	-1.026.891.526,46
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**4.489.545,00**	**4.489.545,00**	**12.610.372,96**	**8.120.827,96**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.489.545,00	4.489.545,00	12.610.372,96	8.120.827,96
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**222.013.029,00**	**222.013.029,00**	**2.522.622.970,03**	**2.300.609.941,03**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	119.646.946,00	119.646.946,00	66.980.882,67	-52.666.063,33
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	73.675.810,00	73.675.810,00	1.195.507.020,81	1.121.831.210,81
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	28.690.273,00	28.690.273,00	1.260.135.066,55	1.231.444.793,55
RECEITAS DE CAPITAL	**69.030.664.801,00**	**69.030.664.801,00**	**19.488.939,99**	**-69.011.175.861,01**
Operações de Crédito	**69.030.664.801,00**	**69.030.664.801,00**	-	**-69.030.664.801,00**
Operações de Crédito Internas	69.030.664.801,00	69.030.664.801,00	-	-69.030.664.801,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	**19.488.939,99**	**19.488.939,99**
Alienação de Bens Móveis	-	-	850.879,34	850.879,34
Alienação de Bens Imóveis	-	-	18.638.060,65	18.638.060,65
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**669.598.492.739,00**	**669.598.492.739,00**	**421.747.075.982,71**	**-247.851.416.756,29**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**669.598.492.739,00**	**669.598.492.739,00**	**421.747.075.982,71**	**-247.851.416.756,29**
DEFICIT			**442.358.325.632,38**	**442.358.325.632,38**
TOTAL	**669.598.492.739,00**	**669.598.492.739,00**	**864.105.401.615,09**	**194.506.908.876,09**
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	**2.206.768.530,00**	-	**-2.206.768.530,00**
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	2.206.768.530,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**879.473.907.489,00**	**881.742.911.074,00**	**864.044.659.550,87**	**722.774.140.074,71**	**667.350.200.130,74**	**17.698.251.523,13**
Pessoal e Encargos Sociais	**9.610.397.630,00**	**9.858.632.483,00**	**8.576.182.645,31**	**7.084.368.178,25**	**6.388.330.867,25**	**1.282.449.837,69**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**869.863.509.859,00**	**871.884.278.591,00**	**855.468.476.905,56**	**715.689.771.896,46**	**660.961.869.263,49**	**16.415.801.685,44**
DESPESAS DE CAPITAL	**118.537.000,00**	**99.537.000,00**	**60.742.064,22**	**11.269.739,92**	**10.447.231,97**	**38.794.935,78**
Investimentos	**118.537.000,00**	**99.537.000,00**	**60.742.064,22**	**11.269.739,92**	**10.447.231,97**	**38.794.935,78**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**43.165.375,00**	**43.165.375,00**	-	-	-	**43.165.375,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**879.635.609.864,00**	**881.885.613.449,00**	**864.105.401.615,09**	**722.785.409.814,63**	**667.360.647.362,71**	**17.780.211.833,91**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**879.635.609.864,00**	**881.885.613.449,00**	**864.105.401.615,09**	**722.785.409.814,63**	**667.360.647.362,71**	**17.780.211.833,91**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	**879.635.609.864,00**	**881.885.613.449,00**	**864.105.401.615,09**	**722.785.409.814,63**	**667.360.647.362,71**	**17.780.211.833,91**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**195.621.012,28**	**2.410.640.114,02**	**971.004.564,87**	**969.954.342,21**	**1.304.812.523,02**	**331.494.261,07**
Pessoal e Encargos Sociais	**118.084,30**	**15.180.965,82**	**3.158.459,48**	**3.158.459,48**	**-**	**12.140.590,64**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**195.502.927,98**	**2.395.459.148,20**	**967.846.105,39**	**966.795.882,73**	**1.304.812.523,02**	**319.353.670,43**
DESPESAS DE CAPITAL	**14.311.705,37**	**11.347.383,75**	**8.922.240,95**	**8.922.240,95**	**1.739.677,20**	**14.997.170,97**
Investimentos	**14.311.705,37**	**11.347.383,75**	**8.922.240,95**	**8.922.240,95**	**1.739.677,20**	**14.997.170,97**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**209.932.717,65**	**2.421.987.497,77**	**979.926.805,82**	**978.876.583,16**	**1.306.552.200,22**	**346.491.432,04**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**10.841.379,21**	**51.858.803.399,77**	**51.856.432.684,25**	**7.124.359,96**	**6.087.734,77**
Pessoal e Encargos Sociais	**13.337,76**	**653.402.180,56**	**653.385.455,52**	**16.725,04**	**13.337,76**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**10.828.041,45**	**51.205.401.219,21**	**51.203.047.228,73**	**7.107.634,92**	**6.074.397,01**
DESPESAS DE CAPITAL	**162.035,51**	**1.720,28**	**1.720,28**	**-**	**162.035,51**
Investimentos	**162.035,51**	**1.720,28**	**1.720,28**	**-**	**162.035,51**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**11.003.414,72**	**51.858.805.120,05**	**51.856.434.404,53**	**7.124.359,96**	**6.249.770,28**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	**421.747.075.982,71**	-	**Despesas Orçamentárias**	**864.105.401.615,09**	-
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	**176.661.698.522,80**	-
Vinculadas	**401.723.435.545,16**	-	**Vinculadas**	**687.443.703.092,29**	-
Seguridade Social (Exceto Previdência)	405.943,26		Seguridade Social (Exceto Previdência)	108.305.461.619,88	
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	122.507.540,00	-
Previdência Social (RGPS)	397.308.844.611,90		Previdência Social (RGPS)	530.966.338.999,48	
Alienação de Bens e Direitos	850.879,34		Dívida Pública	21.075.582.591,07	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.413.285.910,70		Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	26.973.812.341,86	
Recursos a Classificar	48.199,96				
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**20.023.640.437,55**	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**2.010.635.541.803,22**	-	**Transferências Financeiras Concedidas**	**1.676.139.994.237,17**	**3.825,20**
Resultantes da Execução Orçamentária	1.964.824.021.404,63	-	Resultantes da Execução Orçamentária	1.244.668.619.978,74	-
Cota Recebida	587.588.769.604,82		Repasse Concedido	1.235.851.561.693,24	
Repasse Recebido	1.368.417.978.514,31		Sub-repasse Concedido	8.817.058.285,50	
Sub-repasse Recebido	8.817.273.285,50		Independentes da Execução Orçamentária	431.471.374.258,43	3.825,20
Independentes da Execução Orçamentária	45.811.520.398,59	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	31.387.950.443,23	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	62.681.571.012,97		Demais Transferências Concedidas	7.230.712,10	
Demais Transferências Recebidas	59.048,85		Movimento de Saldos Patrimoniais	400.076.193.103,10	3.825,20
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-16.870.109.663,23		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	**197.112.702.953,94**	**3.825,24**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**52.902.504.116,82**	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	55.424.762.451,92	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	51.856.434.404,53	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	141.319.991.800,46	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	978.876.583,16	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-40.950.706,35	0,04	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	67.186.452,93	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	408.899.407,91	3.825,20	Outros Pagamentos Extraorçamentários	6.676,20	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	15.994,00		Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	6.676,20	
Arrecadação de Outra Unidade	361.448.062,15	3.825,20			
Demais Recebimentos	47.435.351,76				
Saldo do Exercício Anterior	**23.814.148.165,21**	**12,43**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**60.161.568.936,00**	**12,47**
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.814.148.165,21	12,43	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.161.568.936,00	12,47
TOTAL	**2.653.309.468.905,08**	**3.837,67**	**TOTAL**	**2.653.309.468.905,08**	**3.837,67**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**36.347.303.024,00**	**0,04**
INGRESSOS	**2.432.731.061.553,50**	**3.825,24**
Receita Tributária	**61.142.208,79**	-
Receita de Contribuições	**414.048.036.387,04**	-
Receita Patrimonial	**4.515.794.457,38**	
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	**12.610.372,96**	-
Remuneração das Disponibilidades	**567.380.646,52**	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**2.522.622.970,03**	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	**2.011.003.474.510,78**	**3.825,24**
Ingressos Extraorçamentários	-40.950.706,35	0,04
Transferências Financeiras Recebidas	2.010.635.541.803,22	-
Arrecadação de Outra Unidade	361.448.062,15	3.825,20
Demais Recebimentos	47.435.351,76	
DESEMBOLSOS	**-2.396.383.758.529,50**	**-3.825,20**
Pessoal e Demais Despesas	**-719.728.808.821,94**	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-6.494.889,04	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-4.152,02	-
Assistência Social	-65.664.731.384,78	-
Previdência Social	-652.035.366.693,06	-
Saúde	-	-
Trabalho	-2.557.372,26	-
Educação	-473.344,57	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

EXERCICIO	PERIODO
2023	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
18/10/2023	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
Indústria	-39.277,63	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-2.019.157.702,58	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	15.994,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-447.762.341,26**	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-446.902.966,36	-
Outras Transferências Concedidas	-859.374,90	-
Outros Desembolsos Operacionais	**-1.676.207.187.366,30**	**-3.825,20**
Dispêndios Extraorçamentários	-67.186.452,93	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-6.676,20	
Transferências Financeiras Concedidas	-1.676.139.994.237,17	-3.825,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**117.746,79**	-
INGRESSOS	**19.488.939,99**	-
Alienação de Bens	**19.488.939,99**	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	**-19.371.193,20**	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-15.902.688,41**	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	**-3.468.504,79**	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**36.347.420.770,79**	**0,04**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**23.814.148.165,21**	**12,43**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**60.161.568.936,00**	**12,47**

III – NOTAS EXPLICATIVAS

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis – 3º Trimestre 2023

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do Ministério da Previdência Social - MPS que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
IV. Balanço Orçamentário (BO);
V. Balanço Financeiro (BF); e
VI. Notas Explicativas.

Informações adicionais, acerca das Notas Explicativas do Órgão Superior, podem ser consultadas na respectiva Nota Explicativa de órgão de cada uma das entidades integrantes da estrutura do Ministério da Previdência Social, quais sejam INSS e PREVIC.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério da Previdência Social - MPS, tendo sido consideradas as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

2.1 Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e recursos vinculados por determinações legais oriundos de contribuições sociais registradas na Conta Única do Tesouro Nacional e no Banco Central do Brasil conforme §3º do art. 164 da Constituição Federal, movimentadas sob os mecanismos da Conta Única do Tesouro Nacional (art. 1º da Medida Provisória nº 2.170/2001). Destinam-se às despesas de benefícios assistenciais e previdenciais e custeio da máquina administrativa. Também compõe o grupo os demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2.3 Créditos a curto prazo

Correspondem aos direitos a receber decorrentes de valores arrecadados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

2.4 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados com juros a receber sobre financiamentos concedidos, adiantamentos concedidos, créditos por irregularidade de comprovação, danos ao patrimônio e créditos a receber decorrentes de valores arrecadados por outras entidades e demais créditos administrativos. Os ajustes para perdas são reconhecidos em até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Os valores são mensurados com base no valor de custo, acrescidos das atualizações monetárias e juros registrados até a data do fechamento das demonstrações contábeis em contas de resultado.

2.5 Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. No MPS os estoques equivalem a material de consumo, registrados no ativo circulante, dos órgãos subordinados INSS e PREVIC.

2.6 Ativo realizável a longo prazo

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas. O FRGPS é responsável 99% dos registros dos ativos realizáveis a longo prazo no MPS.

2.7 Investimentos

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

No MPS esses investimentos pertencem ao FRGPS e correspondem à participação na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev, tendo sido registrado em setembro/23 avaliação pelo método de equivalência patrimonial. Essa avaliação resultou em redução de 2,77% no valor desses investimentos em relação a junho/23.

Os demais investimentos do MPS também estão registrados para o FRGPS e se referem a propriedades para investimento (edifícios, casas, apartamentos etc.)

2.8 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.9 Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

2.10 Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

2.10.1 Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

2.10.2 Atualização

De acordo com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação. Essas atualizações serão processadas mediante aplicação de variação percentual da PVG – Planta de Valores Genérica – vinculada ao respectivo imóvel, ao valor do terreno e do CUB – Custo Unitário Básico – ao valor contábil líquido da acessão.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

2.10.3 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

2.11 Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

a) Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e

b) Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os valores de empréstimos e financiamentos do MPS pertencem ao FRGPS e se referem a contrato de financiamento e cessão de créditos, celebrado entre a União e o INSS, cuja última atualização dos encargos sob o saldo devedor foi registrada em setembro/23.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões a longo prazo do MPS estão, majoritariamente, registradas para o Regime Próprio de Previdência Social, referentes às provisões matemáticas do passivo atuarial do RPPS (benefícios aposentadorias e pensões concedidos e a conceder, contribuições dos servidores ativos e inativos para o plano de previdência, contribuições dos entes federativos para o fundo de capitalização de benefícios a conceder).

2.14 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

a) Patrimonial;
b) Orçamentário; e
c) Financeiro.

2.14.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.14.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.14.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial do MPS não traz os valores de dezembro/22 para fins de comparabilidade, tendo em vista que naquele exercício não havia o órgão MPS na estrutura do SIAFI (a recriação do MPS ocorreu em janeiro/23, conforme já comentado anteriormente). No entanto, verifica-se que a maior parte, das informações contábeis e recursos do MPS encontra-se registrada para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS, o que permite trazer os dados dos dois períodos quando necessário, uma vez que não houve alteração para este órgão no âmbito do SIAFI.

1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

em R$

Caixa e Equivalentes de Caixa	*30/09/2023*
FRGPS	53.147.810.407,05
INSS	6.945.184.244,20
MPS	65.696.221,98
PREVIC	2.878.062,77
	60.161.568.936,00

Fonte: SIAFI 2023

1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa – FRGPS

Esse item contempla numerários advindos, em especial, de contribuições previdenciárias e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

No FRGPS, o caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas transferências de recursos originados de receitas de contribuições e de alienação de bens imóveis, arrecadados pelo FRGPS, cuja destinação é exclusiva para o pagamento das despesas oriundas de fontes de recursos dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa – INSS

Esse item contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As contas Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos, receitas decorrentes da folha de benefícios, dentre outras, destinadas para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

2 - Créditos a Curto e Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis, tanto no curso do exercício social subsequente (curto prazo), quanto em prazo superior a este (longo prazo).

2.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Nesse grupo de contas o valor de maior expressividade está registrado para o FRGPS, como "*Demais Créditos e Valores a Curto Prazo*" no montante aproximado de R$ 52 bilhões, em 30/09/2023, conforme detalhamento a seguir.

em R$

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo FRGPS	*30/09/2023*	*31/12/2022*	*AH%*	*AV%*
Adiantamentos Concedidos	13.673.483.986,89	-	-	14%
Créditos por Dano ao Patrimônio	24.468.328,11	17.989.478,04	36%	0,03%
Outros Cred. a Rec. Vlr. a Curto Prazo	83.304.705.498,92	62.255.818.791,35	34%	86%
Subtotal	**97.002.657.813,92**	**62.273.808.269,39**	56%	186%
(-) Ajustes para Perdas	(44.814.036.760,90)	(37.558.333.234,68)	19%	-86%
Total	**52.188.621.053,02**	**24.715.475.034,71**	111%	100%

Fonte: SIAFI 2022 e 2023 (detalhamento da rubrica contábil 1.1.3.0.0.00.00)

O aumento observado no total dessa rubrica, entre dezembro/22 e setembro/23, foi impulsionado pelo crescimento dos créditos a receber de outras entidades decorrentes de descentralização de cobrança de valores e pelos registros dos adiantamentos concedidos, referentes ao pagamento dos 13º salários aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social- RGPS a partir do maio/23.

Em Outros Créditos a Receber de Valores a Curto Prazo estão contemplados os créditos a receber de valores arrecadados por outras entidades – Intra, correspondente a 99% dessa subconta.

2.2 Ajustes para perdas em créditos a curto prazo

Sobre o valor dos créditos a receber a curto prazo houve dedução de cerca de 63%, em virtude dos ajustes para perdas subgrupo 113 c/c (090), no valor aproximado de R$ 44,8 bilhões ao final do 3º trimestre de 2023.

2.3 Dívida Ativa não Tributária

A dívida ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. Não se confunde com a dívida pública, uma vez que esta representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no passivo.

Dívida Ativa não Tributária	*30/09/2023*
FRGPS	6.708.912.193,58
PREVIC	39.689.722,34
	6.748.601.915,92

Fonte: SIAFI2023

2.4 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Como no item 2.1 o valor desse grupo de contas está concentrado no órgão FRGPS no valor aproximado de R$ 230 bilhões, ao final de setembro/23, conforme detalhamento a seguir:

em R$

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo FRGPS	*30/09/2023*	*31/12/2022*	*AH%*	*AV%*
Crédito a Rec. Vlr Arrec.por Outras Entidades	356.316.750.918,13	373.296.578.733,44	-5%	99%
Créditos por Dano ao Patrimônio de Cred. Adm.	2.511.696.205,94	2.531.873.277,31	-1%	1%
Créditos por Dano ao Patrimônio Decisão TCU	246.396.691,25	219.615.676,60	12%	0,07%
Créditos por Dano ao Patr. apurado Proc. Jud.	3.941.730,41	3.941.730,41	0%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Vlr Vinculados	15.496,86	15.496,86	0%	0,00%
Subtotal	**359.078.801.042,59**	**376.052.024.914,62**	-5%	156%
(-) Ajustes para Perdas	(128.330.253.501,08)	(141.090.575.047,36)	-9%	-56%
Total	**230.748.547.541,51**	**234.961.449.867,26**	-2%	100%

Fonte: SIAFI 2022 e 2023 (detalhamento da rubrica contábil 1.2.1.2.0.00.00)

2.5 Ajustes para perdas em créditos a longo prazo

Os ajustes para perdas dos créditos e valores a longo prazo correspondem a cerca de 56% do montante registrado nesse grupo de contas em setembro/23, referente a atualização do ajuste para perdas do principal da dívida ativa tributária previdenciária da classe A e atualização dos créditos ativos.

a) **Créditos a Receber Valores Arrecadados por Outras Entidades:** Em atendimento ao Acórdão TCU 927/2019 a Receita Federal do Brasil - RFB passou a registrar de forma segregada a contabilização dos Créditos Tributários Previdenciários e do Ajuste para perdas da respectiva conta contábil. O INSS/FRGPS realiza apenas o acompanhamento dos registros e, neste sentido limita-se a uma análise de classificação contábil verificando a consistência do registro de modo a garantir que a classificação contábil seja adequada à finalidade do FRGPS.

b) **Crédito por Dano ao Patrimônio**: Para mensurar o ajuste para perdas utiliza-se uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios. Assim, se inferirá o Percentual de Créditos não Recebidos a ser aplicado sobre o Saldo Final dos Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio Público. Os procedimentos são detalhados em notas explicativas próprias do FRGPS.

3 – Investimentos

Os Investimentos compreendem as aplicações de recursos, que não se destinem a manutenção das atividades da Entidade, em títulos e valores mobiliários, bem como em bens, direitos ou participações permanentes em outras sociedades.

em R$

Investimentos FRGPS	*30/09/2023*	*31/12/2022*	*AH%*	*AV%*
Propriedades para Investimento	1.124.322.507,60	1.113.780.119,50	1%	55%
Empresas Avaliadas pelo Método Equiv. Patrim.	917.567.261,17	976.020.504,60	-6%	45%
Total	**2.041.889.768,77**	**2.089.800.624,10**	**-2%**	**100%**

Fonte: SIAFI 2022 e 2023

a) **Propriedade para Investimento**: representa os imóveis do FRGPS classificados como não destinados a uso, ou seja, imóveis não operacionais.

b) **Empresas avaliadas pelo MEP**: Trata-se do reconhecimento de participação relevante na Dataprev no percentual de 49% no Patrimônio Líquido da investida conforme previsto em seu estatuto Social. Entre dezembro/22 e setembro/23 houve desvalorização nesse investimento da ordem de 6%.

4 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado é o item tangível (corpóreo, material), mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

em R$

Imobilizado	*30/09/2023*	*31/12/2022*	*AH%*	*AV%*
INSS	3.012.381.052,12	3.028.527.030,00	-1%	99,7%
Demais	9.314.235,91	505.181.446,00	-98%	0,3%
Total	**3.021.695.288,03**	**3.533.708.476,00**	**-14%**	**100,0%**

Fonte: SIAFI 2022 e 2023

A redução observada entre o final do exercício de 2022 e setembro/23 deve-se à segregação dos valores referentes ao imoblizado do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, diante da separação dos dois órgãos (MTE e MPS) em janeiro/23.

4.1. Imobilizado - INSS

O imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

em R$

Imobilizado INSS	*30/09/2023*	*31/12/2022*	*AH%*	*AV%*
Bens Imóveis	2.881.563.434,29	2.899.401.307,00	-1%	95,7%
Bens Móveis	556.500.415,22	544.585.036,06	2%	18,5%
(-)Depreciação Bens Móveis	(425.682.797,39)	(415.459.043,83)	2%	-14,1%
Total	**3.012.381.052,12**	**3.028.527.299,23**	**-1%**	**100,0%**

Fonte: SIAFI 2022 e 2023

4.1.1 Bens Imóveis

Os bens de uso especial do INSS são aqueles destinados a uma finalidade específica, ou seja, bens imóveis de propriedade do Instituto considerados necessários, ainda que futuramente, vinculados às suas atividades operacionais.

Os imóveis de uso especial são classificados em operacionais, funcionais e em reserva técnica. Consideram-se operacionais, os imóveis destinados às atividades institucionais do INSS, tais como Agências da Previdência Social, sede das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central.

Já os Funcionais são imóveis residenciais, localizados no Distrito Federal, destinados à ocupação por servidores, dirigentes do INSS ou do Ministério da Previdência Social (art. 3º da Resolução nº 265/PRES/INSS, de 14 de janeiro de 2013), e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais. Por fim, os de reserva técnica são imóveis destinados à ocupação futura por qualquer unidade do Instituto.

4.1.2 Bens Móveis

A diferença apresentada se deve pela aquisição e/ou incorporação de bens permanentes no decorrer do 1º semestre 2023.

5 - Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos compreendem as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto e longo prazo.

5.1 Empréstimos e Financiamentos - INSS

Os Empréstimos Internos em Contratos são os Contratos de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução celebrados entre a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999. Esses empréstimos foram destinados a custear o déficit financeiro do INSS.

em R$

Empréstimos e Financiamentos	*30/09/2023*	*31/12/2022*	*AH%*	*AV%*
Empréstimos Internos em Contratos	71.934.760.407,58	65.440.606.074,00	10%	100%
Total	**71.934.760.407,58**	**65.440.606.074,00**	**10%**	**100%**

Fonte: SIAFI 2022 e 2023

O aumento registrado decorre do reconhecimento da Atualização Monetária (SELIC), prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução.

6 - Provisões

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente e não de uma provisão.

em R$

Provisões	*30/09/2023*
Provisões a Curto Prazo	**88.448.942.083,20**
FRGPS	10.677.949.287,81
MPS	76.840.966.009,76
INSS	930.026.785,63
Provisões a Longo Prazo	**1.466.721.457.410,76**
MPS	1.345.518.572.127,64
FRGPS	121.202.885.283,12

Fonte: SIAFI 2023

6.1 Provisões FRGPS

No FRGPS ocorre o provisionamento das Perdas Judiciais dos valores a serem pagos a título de RPV's e Precatórios dos Tribunais Federais quanto dos Tribunais Estaduais.

A diminuição dos valores decorre de baixas da provisão e transferência dos valores para pagamento dos RPVs pelos Tribunais Regionais Federais – TRFs.

Cabe ressaltar que até o exercício de 2021 os pagamentos de Precatórios e RPVs, decorrente de ações movidas contra o FRGPS, advindos da Justiça Federal, eram realizados diretamente pelos Tribunais Regionais Federais – TRFs e os pagamentos advindos dos Tribunais Estaduais eram pagos pelo FRGPS.

A partir de 2022, de acordo com § 2º do art. 30 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 a execução das despesas de Precatórios processados na justiça comum estadual serão realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e os advindos da Justiça Federal continuam a ser realizados pelos TRFs.

Os pagamentos de RPVs continuam sendo realizados pelos TRFs e pelo FRGPS.

Ao final de setembro/23, o saldo das provisões para reconhecimento do passivo dos pagamentos de benefícios do estoque pendentes de análise do FRGPS era de R$ 5.202.738.190,42, conforme registros contábeis na conta 217911000 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais (UG 513001/gestão 57904).

As provisões, referentes ao reconhecimento do passivo dos pagamentos de benefícios previdenciais e assistenciais do estoque pendente de análise do INSS, encerraram setembro/23 no montante de 930.026.785,63, conforme registros contábeis na rubrica 217911000 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais (UG 510001/Gestão 57202).

Cabe registrar que, em relação ao mês de junho/23 houve uma redução de cerca de 28% nesse valor, em virtude do Programa de Enfrentamento às Filas da Previdência Social – PEFPS (força tarefa para agilizar as análises dos processos pendentes no INSS).

Os critérios utilizados para apuração do valor das provisões estão definidos na Nota Técnica Nº 57/2021/CGOFC/DIROFL-INSS e Nota Técnica nº 17/2023/CGOFC/DIROFL – INSS, de 10/06/2023.

6.2 Provisões MPS (Administração Direta)

As provisões do MPS, administração direta, referem-se ao reconhecimento, mensuração e evidenciação do Passivo Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores civis da União e sua atualização é realizada anualmente. Dessa forma, os registros contábeis dessas provisões em 2023 têm por base a avaliação realizada ao final do exercício de 2022, cujos detalhes foram evidenciados nas notas explicativas do MPS ao final daquele exercício.

A próxima avaliação atuarial ocorrerá ao final do exercício de 2023 e constarão das notas explicativas correspondentes.

7 - Demais Obrigações

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

em R$

Demais Obrigações	*30/09/2023*	*30/06/2023*	*AH%*	*AV%*
Curto Prazo	**75.940.767.969,82**	**53.663.776.026,77**	**42%**	-
INSS	67.525.742.387,60	45.173.881.159,85	49%	46%
FRGPS	8.413.582.182,18	8.488.411.293,19	-1%	6%
MPS e PREVIC	1.443.400,04	1.483.573,73	-3%	0%
Longo Prazo	**69.471.449.691,26**	**69.471.430.196,51**	**0%**	-
FRGPS	69.470.890.561,41	69.470.871.066,66	0%	48%
INSS	559.129,85	559.129,85	0%	0%
Total	**145.412.217.661,08**	**123.135.206.223,28**	**18%**	**100%**

7.1 Demais Obrigações – INSS

O Subgrupo demais obrigações a curto prazo tem como principal composição os termos de execução descentralizadas – TED, dentre os quais destacam-se o TED entre o INSS e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para execução dos benefícios geridos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e outras despesas de custeio vinculadas aos benefícios assistenciais.

Entre junho e setembro/23 houve crescimento da ordem de 49% nas transferências de recursos financeiros do INSS para o FNAS, a fim de atender despesas com pagamento de Benefícios de Prestação Continuada – BPC. Esse movimento foi influenciado pelas análises dos processos pendentes e concessão dos BPC, realizados pelo INSS, por meio do Programa de Enfrentamento às Filas da Previdência Social – PEFPS nesse período.

É importante ressaltar que embora o TED componha o passivo do órgão, ele não representa obrigações financeiras do INSS. A baixa do saldo é realizada diretamente pelo Fundo Nacional de Assistência Social após a prestação de contas do TED.

O subgrupo Demais Obrigações a Longo Prazo, em sua maioria, é resultante do reconhecimento dos passivos de Requisição de Pequeno Valor/Precatórios de Pessoal.

7.2 Demais Obrigações – FRGPS

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos outros subgrupos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto e longo prazo (compensação previdenciária, depósitos não judiciais, precatórios)

Nas contas do subgrupo Demais Obrigações do Passivo Circulante transitam os valores descontados dos pagamentos de benefícios previdenciários e posteriormente repassado aos entes correspondentes, tais como: IRRF, Indenizações, Entidades Representativas de classe, Empréstimos e Financiamentos e outras.

Em atendimento ao Acórdão TCU 1153/2021, os registros contábeis referentes à Compensação Previdenciária passaram a ser realizados pelos seus valores brutos, reconhecendo os créditos e obrigações do FRGPS, em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (Mcasp), 9ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item, 4.3.8 - Compensação Previdenciária entre Regimes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

8 - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado ao final do 3º trimestre 2023 foi **superavitário** em R$ 77,6 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Em R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	*30/09/2023*
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.596.557.451.131,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.518.918.532.872,04
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**77.638.918.259,73**

Fonte: SIAFI Web 2023

8.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MPS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

8.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MPS, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

8.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras).

Não foi possível fazer a comparação com o período anterior, em virtude da segregação dos órgãos MTE e MPS em janeiro/23.

Em R$

DESEMPENHO FINANCEIRO	*30/09/2023*
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**21.591.793.995,09**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	306.760,92
Juros e Encargos de Mora	20.967.532.856,96
Variações Monetárias e Cambiais	31.719.264,02
Descontos Financeiros Obtidos	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	592.235.113,19
Aportes do Banco Central	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**6.537.837.351,11**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-
Juros e Encargos de Mora	43.155.153,27
Variações Monetárias e Cambiais	6.494.203.419,77
Descontos Financeiros Concedidos	2.542,70
Aportes ao Banco Central	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	476.235,37
	15.053.956.643,98

Fonte: SIAFI Web 2023

8.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela abaixo é apresentado o resultado da DVP, excluídos os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

Em R$

DESEMPENHO NÃO FINANCEIRO	*30/09/2023*
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**2.574.965.657.136,68**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	87.327.692,76
Contribuições	409.008.307.575,78
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.318.165.493,11
Transferências e Delegações Recebidas	2.010.810.320.149,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	102.689.256.198,88
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	48.052.280.026,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**2.512.380.695.520,93**
Pessoal e Encargos	2.604.626.177,83
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	711.711.857.458,11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.392.848.479,14
Transferências e Delegações Concedidas	1.683.507.705.432,72
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	90.726.450.914,08
Tributárias	45.987.298,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	22.391.219.761,02
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**62.584.961.615,75**

Fonte: SIAFI Web 2023

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

9 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário do MPS atende aos critérios estabelecidos na Lei nº 4.320/64 e orientações da NBC TSP 13, que determina a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento aprovado.

O orçamento do MPS se refere ao período de 01/01/2023 a 31/12/2023, tendo sido adotado o regime de competência para registro contábil das despesas e o regime de caixa para registro contábil das receitas

Ao final do 3º trimestre de 2023 foram realizados cerca de 63% do total das Receitas Previstas. Quanto às despesas foram executados aproximadamente 98% da dotação inicial.

Nesse período foi registrado resultado orçamentário deficitário da ordem de R$ 442,3 bilhões. No entanto, esse fato não representa uma irregularidade. Significa que as receitas realizadas, que no caso do MPS são em sua maioria provenientes das receitas de contribuições sociais para o FRGPS, não foram suficientes para custear o total de suas despesas, necessitando receber uma complementação de recursos do Tesouro Nacional, especialmente, para o pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais do FRGPS e INSS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

10 – Geração Líquida de Caixa

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como o MPS obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Em R$

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	*30/09/2023*
Atividades Operacionais	36.347.303.024,00
Atividades de Investimentos	117.746,79
Atividades de Financiamento	-
Total	**36.347.420.770,79**

Fonte: SIAFI Web 2023

10.1 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa

Em atenção a regulamentação da divulgação de informações da Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC, constante no item 6.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresentamos a seguir a conciliação do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

Em R$

Demonstrativo	*Detalhamento*	*30/09/2023*
Fluxos de Caixa	Saldo Inicial	23.814.148.165,21
	Atividades Operacionais	36.347.303.024,00
	Atividades de Investimentos	117.746,79
	Atividades de Financiamento	-
	Subtotal	**60.161.568.936,00**
Balanço Patrimonial	Caixa e Bancos	60.161.568.936,00
	Subtotal	**60.161.568.936,00**

Fonte: SIAFI Web 2023

BALANÇO FINANCEIRO

11 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia a movimentação financeira do MPS e possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício. Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho) e é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

Em R$

Resultado Financeiro	*30/09/2023*
Receita Orçamentária	421.747.075.982,71
Despesa Orçamentária	-864.105.401.615,09
Resultado Orçamentário	**-442.358.325.632,38**
Transferências Financeiras Recebidas	2.010.635.541.803,22
Transferências Financeiras Concedidas	-1.676.139.994.237,17
Transferências Financeiras Líquidas	**334.495.547.566,05**
Recebimentos Extraorçamentários	197.112.702.953,94
Pagamentos Extraorçamentários	-52.902.504.116,82
Resultado Extraorçamentário	**144.210.198.837,12**
Resultado Financeiro do Exercício	**36.347.420.770,79**
Geração Líquida de Caixa	**36.347.420.770,79**

Fonte: SIAFI Web 2023

11.1 Receitas e Despesas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias compreendem as receitas arrecadadas sejam elas ordinárias, de livre aplicação pelo gestor, ou vinculadas a Fundo, Órgão e Despesa, de acordo com normativo que vincule a execução dessas receitas a determinada finalidade da Administração Pública. As Receitas Orçamentárias do MPS compreendem a receitas vinculadas a Seguridade Social (exceto previdência), Previdência Social (RGPS) correspondente a 99% do total das receitas orçamentárias, Alienação de bens e direitos e Outros Recursos vinculados a fundos, órgãos e programas, ainda as deduções da receita orçamentária.

As Despesas Orçamentárias são as despesas empenhadas no exercício financeiro para realização de um conjunto de dispêndios pelos entes públicos tais como despesas de pessoal, manutenção e ampliação dos serviços públicos prestados à sociedade. Esses gastos dependem de autorização legislativa para sua realização, por meio da LOA ou de Créditos Adicionais.

11.2 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas

As Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas são transações estritamente financeiras que podem ser resultantes da Execução Orçamentária como as cotas, repasses, sub-repasses recebidas e devolvidas pela Setorial Financeira do Órgão e as unidades gestoras executoras.

11.3 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos e pagamentos Extraorçamentários correspondem às inscrições dos Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e Outros Recebimentos Extraorçamentários.